

CIÊNCIA E IDEOLOGIA EM ANTONIO GRAMSCI

Diogo Valença de Azevedo Costa (Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas/UFRB)

Márcia da Silva Clemente (Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas/UFRB)

Resumo: Este trabalho apresenta um contraponto entre as noções de ciência e ideologia em Antonio Gramsci e Karl Mannheim, observado as suas diferenças políticas e teóricas sobre a questão do intelectual. Por fim, apresentamos uma discussão sobre duas dimensões da noção de intelectual para Gramsci e debatemos o problema da existência ou não de elementos idealistas no interior de sua visão de mundo marxista.

Palavras-chave: Gramsci; Ciência; Ideologia

Riassunto: Questo lavoro presenta un contrappunto tra le nozioni di scienza e ideologia in Antonio Gramsci e Karl Mannheim, osservando le sue differenze politiche e teoriche sulla questione degli intellettuali. Infine, abbiamo presentato una discussione sulle due dimensioni della nozione di intellettuale per Gramsci e abbiamo dibattito il problema dell'esistenza o no di elementi idealisti all'interno della sua visione di mondo marxista.

Parole chiave: Gramsci; Scienza; Ideologia

Introdução

O presente trabalho procura discutir as noções de *ciência e ideologia* no pensamento político de Antonio Gramsci, contrapondo suas ideias às posições teóricas acerca da questão do intelectual e da objetividade do conhecimento nas ciências sociais defendidas por Karl Mannheim. O propósito básico não é o de definir e precisar exhaustivamente o sentido daquelas duas categorias e das múltiplas dimensões que elas assumem em Gramsci e, sim, o de estabelecer os possíveis nexos entre elas existentes.

Não será nosso objetivo debater o conjunto da obra de reflexão político-teórica do autor dos *Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 1975), a totalidade mais inclusiva de suas categorias fundamentais como bloco histórico, bloco político, sociedade civil e sociedade política, infra e superestruturas, hegemonia, intelectual, partido político, guerra de movimento e guerra de posições, Ocidente e Oriente. Entendemos que as noções de ciência e ideologia só podem ser plenamente compreendidas dentro desse quadro mais geral.

Apesar disso, evitamos nos deter nessas e outras precisões conceituais a fim de irmos diretamente ao objeto de nossas preocupações. Cumpriria, porém, avançar um rápido esclarecimento sobre o que entendemos por ideologia em Gramsci, já que a noção de ciência estará bastante explicitada adiante numa das citações.

A noção de ideologia em Gramsci é polivalente, sendo por ele mesmo empregada em acepções variadas em diferentes passagens dos *Cadernos*. Essas variações dizem respeito ao contexto específico dos assuntos políticos e filosóficos então tratados, não significando, contudo, uma fragmentação do conceito, mas um sentido polissêmico que procura abarcar a complexidade do próprio real. Assim, em alguns momentos Gramsci emprega ideologia com um significado próximo ao de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, no sentido de uma *falsa consciência*, apesar desse uso ser bastante acessório em seu pensamento.

Mais próximo de suas posições, é o uso da palavra ideologia como “concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva” (GRAMSCI, 1975, p. 1380). A sua questão é a de como a ideologia concorre para manter coeso um bloco social e histórico.

É uma definição ampla, embora ele ainda a desdobre em duas outras, entre uma “ideologia cerebrina”, individual ou de poucos, e uma “ideologia orgânica”, vinculada a uma classe fundamental de um determinado modo de produção. O sentido em que estamos utilizando o conceito de ideologia refere-se ao último, de ideologia orgânica, que incorpora, igualmente, a ideia ampla de ideologia como concepção de mundo.

O presente trabalho se divide em duas partes. A primeira procura contrapor o pensamento de Gramsci ao de Mannheim, demonstrando a irredutibilidade de suas posições práticas e teóricas. A segunda, que constitui um adendo na discussão do conceito gramscista de intelectual, procura apresentar duas dimensões dessa categoria, a *técnica* e *política*, como uma contribuição para o aproveitamento político das conquistas do método e teoria científicos em termos marxistas.

Na parte final, avançamos algumas ponderações sobre a existência de certo idealismo filosófico em Gramsci. Esse idealismo resulta de seu esforço político de combater as vertentes mais positivistas dentro do marxismo. Por destoar da ideia de ciência como uma verdade objetiva, que vai além, em alguma medida, do choque entre concepções de mundo, o tema merece uma rápida consideração. A ciência serve à luta dos trabalhadores justamente por

orientar objetivamente os rumos da ação e traçar as possibilidades reais de vitória. A questão está em saber quais ideologias são capazes de construir um saber objetivo.

Evitamos o máximo possível utilizar a vasta e riquíssima produção acadêmica sobre Gramsci disponível aqui no Brasil e no mundo. Nossa preocupação foi buscar diretamente na edição crítica dos *Cadernos* o debate sobre as categorias aqui expostas. Apenas quanto às dimensões *técnica* e *política* de intelectual é que recorreremos à sistematização já proposta por Luciano Gruppi num de seus livros introdutórios ao pensamento do autor. Esperamos com isso nos juntar aos esforços de leitura direta da obra gramsciana e não nos atermos somente à leitura por meio de intérpretes, prática muito comum em nossos cursos universitários.

1. Gramsci *versus* Mannheim: duas visões de mundo

Um contraponto entre Gramsci e Mannheim seria significativo para apontar os limites da sociologia do conhecimento de inspiração acadêmica. Esta última não percebe a possibilidade de construção de um saber objetivo sobre a história e a sociedade no calor da luta de classes, a partir das posições mais radicais assumidas nesse terreno.

Nesse sentido, são as classes e os grupos sociais que assumem tarefas revolucionárias o suporte material para que a ciência se desprenda das amarras ideológicas da ordem burguesa. Esse é o limite de toda e qualquer sociologia do conhecimento acadêmica e Mannheim não seria uma exceção.

O pressuposto de que nossos conhecimentos, incluso o científico, se encontram socialmente determinado seria compartilhado tanto pelo marxismo, como também pela sociologia mannheimiana. Em termos sociológicos mais precisos, as indagações se colocariam da seguinte forma: se o conhecimento possui suas raízes nas situações reais de existência social, ele não estaria condicionado pelos interesses diferenciados dos diversos grupos, categorias ou classes sociais que compõem o sistema social? Em se tratando do estudo das sociedades humanas, onde esses interesses – muitas vezes ligados a grupos conflitantes e antagônicos entre si – se manifestam em disputas políticas, como pensar na possibilidade de um saber objetivo no âmbito das ciências sociais?

Adam Schaff, que debate a questão no terreno particular da ciência histórica – embora suas conclusões possam ser estendidas para as demais ciências sociais – e de um ponto de vista marxista, desdobraria as duas questões anteriores em múltiplas direções:

[...] a verdade objetiva é possível na ciência da história? [...] Evidentemente que essa questão, simples na aparência, esconde uma série de outras questões. Porque é que os pontos de vista dos historiadores diferem a este ponto entre eles, mesmo em problemas concretos? Significa isto que os historiadores, perseguindo objetivos extracientíficos, falseiem propositamente a verdade? Se não é assim, que significam o conhecimento objetivo e a verdade objetiva na ciência da história? Como se atingem? Porque é que diferentes historiadores, partindo de fontes idênticas, compõem quadros tão diferentes, por vezes contraditórios, do processo histórico? Estes diferentes quadros constituem outras tantas verdades objetivas diferentes? (SCHAFF, 1995, p. 62).

As respostas irão depender das intenções cognitivas e práticas, bem como das orientações teóricas e metodológicas, de cada pensador em questão. Na presente comparação entre Gramsci e Mannheim, podemos identificar duas vias divergentes de solução das questões acima apresentadas. Em parte, isso ocorre devido a diferenças de propósitos práticos entre ambos: o primeiro vinculado à luta revolucionária pelo socialismo e o segundo interessado na instituição de uma “política científica”. Para Mannheim, a política como ciência seria uma das condições intelectuais necessárias para o planejamento racional e o controle democrático dos processos de reconstrução social supostamente em curso nas sociedades modernas industrializadas. Talvez o maior equívoco do sociólogo húngaro tenha sido o de acreditar num planejamento racional – ou num *terceiro caminho* entre o liberalismo e o socialismo – dentro dos horizontes irracionais e alienantes do sistema capitalista.

A nosso ver, entretanto, o fator determinante da oposição dos pontos de vista entre os dois pensadores encontra-se realmente nas suas divergentes matrizes ideológicas e concepções teórico-metodológicas de cada um deles – que, inclusive, dão sentido às diferenças de suas atitudes práticas e políticas diante da vida social.

De fato, as diferenças de formação ideológica entre ambos – com Mannheim permanecendo nos marcos do liberalismo e às vezes assumindo posturas conservadoras e a adesão de Gramsci aos objetivos marxistas de uma revolução socialista mundial – levarão a respostas divergentes e irreconciliáveis para o problema da objetividade do conhecimento nas

ciências sociais e históricas. Intimamente vinculadas a esse problema estavam também suas respectivas soluções políticas para a questão dos intelectuais.

Para Mannheim, interessado que estava na sistematização de uma disciplina científica como a Sociologia do Conhecimento e, ao mesmo tempo, tendo em mente a utilização dos seus resultados na investigação dos grandes problemas da moderna sociedade industrial e nos processos de intervenção racional na realidade histórica, a solução proposta à questão dos intelectuais orientava-se no sentido de representa-los como um estrato relativamente desvinculado ou independente de sua base social, de suas classes, grupos e categorias sociais de origem (*relativ freischwebende Intelligenz*). Os intelectuais seriam o único estrato da sociedade capaz de proceder a uma “síntese de perspectivas” das visões de mundo das classes, grupos e/ou categorias conflitantes e antagônicos, proporcionando um conhecimento objetivo e totalizante dos processos de mudança, por isso mesmo tendente ao controle da mudança social provocada via “planejamento democrático e experimental”¹.

O aludido esforço de sistematização, ou mesmo de unificação teórica na sociologia em Mannheim, pode ser observado numa das passagens de *Ideologia e Utopia* onde se propõe uma espécie de síntese na ciência sociológica entre uma abordagem mecanicista-funcional, de caráter formalista, e o método histórico-compreensivo mais concreto.

Em tal sentido, irá afirmar que, “[se] quisermos compreender um fenômeno concreto tal como a situação ou o conteúdo normativo de um ambiente”, não seria suficiente a utilização apenas de um “esquema puramente mecanicista de abordagem”, devendo-se, em acréscimo, introduzir “conceitos adequados para o entendimento de **elementos significativos e incomensuráveis**” (MANNHEIM, 1986, p. 71; *grifos nossos*). Num parágrafo imediatamente subsequente, valendo-se da contribuição de Dilthey, irá acrescentar:

Seria falso, porém, pretender que as relações entre estes elementos se revelariam menos claras e menos perceptíveis do que as que se encontram entre fenômenos puramente mensuráveis. Muito pelo contrário, a interdependência recíproca dos elementos que constituem um acontecimento é muito mais intimamente compreensível do que a de elementos externos estritamente formalizados. Aqui, assume sua dimensão própria a abordagem que, seguindo Dilthey, eu gostaria de designar como compreensão da interdependência primária da experiência (*das verstehende Erfassen des ursprünglichen Lebenszusammenhanges*). Nesta abordagem, pela utilização

¹ Sobre tais concepções de planejamento e intervenção racional na realidade social, ver Karl Mannheim, *Liberdade, Poder e Planificação*, São Paulo, Mestre Jou, 1972.

da técnica da compreensão, a interpenetração funcional recíproca entre as experiências psíquicas e as situações sociais torna-se imediatamente inteligível (MANNHEIM, 1986, p. 71).

Numa linguagem às vezes hermética e obscura, que nos remete ao velho idealismo alemão, Mannheim parece simplesmente propor uma síntese entre o estrutural-funcionalismo de raiz positivista e o método compreensivo (*Verstehen*) de orientação *neokantista*. Assim posta, a partir de orientações tão irredutíveis, sua síntese teórica jamais seria alcançada e, por isso mesmo, não conseguiu atingir uma solução satisfatória em termos lógicos. A tradição marxista, ao contrário, já coloca desde o início o caminho para a solução do problema dentro de uma perspectiva de classe social. A possibilidade de síntese entre *estrutura* e *história*, para usar uma linguagem sociológica, teria como fundamento a existência de posições políticas e ideológicas que não temiam em desvendar as raízes profundas da realidade social.

Em Gramsci, devido a seus objetivos políticos de contribuir teoricamente para particularizar os caminhos da revolução socialista na Itália, o problema do conhecimento e das possibilidades do saber objetivo, bem como a questão dos intelectuais, irão ser colocados em termos de sua vinculação com a *práxis* revolucionária. A ideologia, entendida aqui como uma forma de conhecimento, deteria para ele uma origem prática. “Como filosofia o materialismo histórico afirma teoricamente que cada ‘verdade’ acreditada eterna e absoluta possui origens práticas e representou ou representa um valor provisório”² (GRAMSCI, 1975, p. 465). Se o conhecimento seria produzido socialmente, a própria produção de uma verdade objetiva (o que não significa uma verdade estática e imutável) só se daria no processo histórico e, portanto, sempre vinculada a determinadas situações de classe.

O conhecimento, a filosofia e a ciência, na visão de Gramsci, não seriam capazes de produzir em si e por si mesmos sua objetividade, como no caso de Mannheim, para o qual a camada relativamente autônoma dos intelectuais seria a condição de garantia do conhecimento objetivo sobre o mundo social. Para o comunista sardo, a própria ciência passaria a ser encarada como uma superestrutura, uma ideologia, uma realidade prática, sendo a objetividade do conhecimento e a sua verdade produzidas no desenrolar do próprio processo histórico de transformação da realidade. Esse processo, por sua vez, estaria vinculado à *práxis*

² Salvo quando houver indicação bibliográfica em contrário no corpo do texto, todas as citações de Gramsci foram retiradas da edição crítica dos *Cadernos* coordenada por Valentino Gerratana. Nas traduções, intentamos o máximo possível nos aproximar da forma de escrita original de Gramsci, aparecendo talvez um pouco estranhas algumas construções sintáticas na passagem do italiano para o português.

política das classes, grupos e categorias sociais de uma formação social específica e aos choques contraditórios deles entre si.

Se uma lei pudesse nos ajudar a projetar prospectivamente situações futuras da vida social, para Gramsci isso só seria possível se organizássemos um movimento político objetivando determinadas transformações. A efetivação parcial de tais objetivos nos horizontes da *práxis* política é que nos daria a dimensão de nossa verdade objetiva, a qual não poderia ser produzida de modo independente de uma consciência de classe proletária. Sob a rubrica *As superestruturas e a ciência*, Gramsci nos apresenta uma concepção de ciência como um elemento superestrutural da luta de classes:

Pôr a ciência na base da vida, fazer da ciência uma concepção do mundo significa recair no conceito que o materialismo histórico tenha necessidade de uma sustentação, uma base, fora de si mesmo. A ciência é também essa uma superestrutura. Mas no estudo das superestruturas a ciência ocupa um lugar em si, pelo fato que a sua reação sobre a estrutura possui um caráter de maior extensão e continuidade de desenvolvimento, especialmente a partir do Setecentos, desde quando foi construído para a ciência um lugar à parte na apreciação geral. Que a ciência seja uma superestrutura é demonstrado pelo fato que ela teve períodos inteiros de eclipse, afastada por uma ideologia dominante, a religião sobretudo: a ciência e a técnica dos árabes apareciam como bruxaria aos cristãos. A ciência não se apresentava nunca como pura noção objetiva; ela aparece sempre revestida por uma ideologia e concretamente a ciência é a união do fato objetivo e da hipótese ou de um sistema de hipóteses que superam o mero fato objetivo. Neste campo, porém, tornou-se relativamente fácil separar a noção objetiva do sistema de hipóteses, com um processo de abstração que está profundamente ligado à própria metodologia científica e, [com isso], apropriar-se de uma rejeitando o outro. De tal modo que uma classe pode apropriar-se da ciência de outra classe sem aceitar dela a ideologia (a ideologia do progresso foi criada pelo progresso científico), caindo [por terra] as observações, em propósito, de Sorel (e de Missiroli). (GRAMSCI, 1975, p. 430).

Em outras palavras, por não haver um mero fato objetivo a verdade científica não seria um mero reflexo da realidade. Como parte da superestrutura, o chamado progresso científico no campo das ciências sociais se desenrola em meio à luta de classes. Ele não é linear e muito menos infalível. Ao dizer, contudo, que “uma classe pode apropriar-se da ciência de outra classe sem aceitar dela a ideologia”, Gramsci nos deixa uma margem para pensarmos a possibilidade mínima de uma verdade objetiva, cuja produção socialmente determinada nos permita ir além de perspectivas específicas de classes. Ora, se Marx tivesse enxergado apenas

falsidade na economia política clássica, nas ideias de Smith e Ricardo, muito provavelmente não teria escrito *O Capital*. De igual modo, não teria aproveitado a contribuição da historiografia conservadora da Revolução Francesa, produzida à época da restauração, e muito menos teria se valido dos escritos econômicos de Sismondí, um crítico romântico e conservador do capitalismo.

É certo que Marx assume uma posição particular de classe, a do proletariado revolucionário, mas isso não o impediu de reconhecer as verdades parciais contidas no conhecimento científico produzido a partir das visões de mundo de outras classes sociais ou de grupos políticos ideologicamente liberais. Porém, não são as classes que produzem diretamente suas visões de mundo, pelo menos de forma coerente e sistematizada. Elas são produzidas pelos estratos intelectuais, que fazem as mediações entre os indivíduos diretamente vinculados ao mundo da produção e as diversas formas de ideologia que se apresentam como ciência, filosofia, religião, senso-comum e folclore.

Para Gramsci, a questão dos intelectuais não se coloca como um problema teórico ou meramente abstrato de uma sociologia do conhecimento. É uma questão histórica e complexa que não poderia ser resolvida de uma vez por todas. Sua pergunta retórica, se “os intelectuais são um grupo social autônomo, ou cada grupo social possui uma sua própria categoria de intelectuais” (GRAMSCI, 1975, p. 474), já sugere a resposta: os intelectuais não são um estrato social independente, mas vinculado a determinadas classes sociais. Uma resposta diametralmente oposta à de Mannheim, que vê nos intelectuais a possibilidade de uma transcendência relativa de suas respectivas situações de classe.

A questão dos intelectuais não se esgota, para Gramsci, porque ela assume uma crescente complexidade ao confrontarmos as diferentes situações históricas. Seria preciso compreender as “várias formas que assumiu até hoje o processo histórico de formação das diversas categorias intelectuais” (GRAMSCI, 1975, p. 474), para que possamos delinear as distintas camadas de intelectuais relevantes para o estudo de uma determinada formação política, econômica, histórica e social. Nas notas dos *Cadernos do cárcere* pertinentes aos intelectuais, Gramsci irá delinear apenas duas categorias históricas de validade geral para diferentes contextos sociais:

- I) “Cada grupo social, nascendo sobre a base originária de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria junto, organicamente, um ou mais grupos de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função no campo econômico: o empresário capitalista cria consigo o economista, o cientista da economia política” (GRAMSCI, 1975, p. 474-5) – são os “intelectuais orgânicos” de uma determinada classe, caracterizando-se esta última como fundamental a um certo modo de produção. No caso do sistema capitalista, outra categoria de intelectuais orgânicos seriam aqueles ligados às classes trabalhadoras;
- II) “Mas cada grupo social, emergindo na história a partir da estrutura econômica, encontra ou encontrou, ao menos na história até agora transcorrida, algumas categorias intelectuais preexistentes, e que apareciam, antes, como representantes [de] uma continuidade histórica ininterrupta, apesar das mais complicadas mutações das formas sociais e políticas” (GRAMSCI, 1975, p. 475). Estes últimos são os “intelectuais tradicionais”, que se representam como autônomos ou independentes da classe dominante, embora possam ser assimilados por uma ou outra das classes fundamentais a um determinado modo de produção; o exemplo principal utilizado por Gramsci de intelectual tradicional são os eclesiásticos, que estariam organicamente vinculados à aristocracia fundiária.

O conhecimento e a ciência para Gramsci, entendida como ideologia ou como uma superestrutura, seriam partes integrantes da luta política contra a hegemonia burguesa e pela construção do socialismo. O esforço crítico de produção do conhecimento tornava necessário que o intelectual revolucionário assumisse duas dimensões, a de técnico ou especialista e a de político ou dirigente. Essas duas dimensões seriam indissociáveis e, quanto mais indivíduos saídos do seio das classes trabalhadoras fossem capaz de integrá-las de forma coerente e sistematizada, mais o proletariado formaria seus próprios intelectuais orgânicos. Essa seria uma das tarefas do partido comunista e a ela se dedicou Gramsci ainda antes de sua fundação em 1921 na Itália, quando participou do movimento dos *conselhos de fábrica* e da edição do semanário beligerante *L'Ordine Nuovo*. Na próxima parte do trabalho, iremos especificar mais precisamente o que Gramsci entendia pelas dimensões *técnica* e *política*, tão necessárias para a formação de quadros intelectuais do movimento operário.

2. As dimensões técnico-especializada e político-ativista da noção de intelectual em Gramsci

Na comparação anterior entre Gramsci e Mannheim, tomamos posição pelas ideias do primeiro porque acreditamos que elas explicam com maior propriedade as condições reais da produção de conhecimentos nas ciências sociais. Embora Mannheim não afirme exatamente que o intelectual consiga se desvincular totalmente de sua origem de classe, ele põe a possibilidade mesma de um saber objetivo na transcendência relativa pelos membros individuais e coletivos da *intelligentsia* de suas respectivas situações de classe. A verdade objetiva seria um atributo dessa camada mais ou menos livre e flutuante.

O problema das relações entre conhecimento, saber científico e ideologias ou visões de mundo não seria resolvido, simplesmente seria transferido para a tentativa de caracterizar uma nova categoria social. Contudo, o que nos garantiria que essa nova categoria não poderia assumir compromissos políticos a favor ou contra uma dada ordem social? Não haveria clivagens e divisões dentro da camada dos intelectuais, que impediriam inclusive a construção da própria “síntese de perspectivas” proposta por Mannheim? É por isso que a colocação do problema avançada por Antonio Gramsci nos parece mais realista. Uma verdade objetiva, que seja superior às verdades parciais de outras visões de mundo, só poderá ser alcançada por uma perspectiva de classe revolucionária.

A insistência nas dimensões técnico-especializada e político-ativista do intelectual tem o sentido, portanto, de apontar os caminhos efetivos capazes de dotar a *filosofia da práxis* (ou seja, a concepção materialista da história) de instrumentos concretos de análise do mundo social, da história, de neutralização das ideologias das classes hegemônicas e de transformação da própria realidade, da economia e da sociedade.

O autor dos *Cadernos do Cárcere* tinha em mente, com essas duas dimensões da noção de intelectual, a construção de um novo tipo de intelectualismo para o qual deveria tender a classe operária, ou seja, o novo tipo de intelectual que esta classe deveria esforçar-se por criar seria um quadro com capacidades técnicas e políticas. Luciano Gruppi destaca uma importante passagem dos *Cadernos*, na qual Gramsci esclarece as duas funções que deveriam ser preenchidas pelo novo intelectual da classe operária:

O tipo tradicional e vulgarizado de intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista [...] No mundo moderno a educação teórica,

estritamente ligada ao trabalho industrial [...] deve formar a base do novo intelectual. Em tal direção trabalhou o semanário *l'Ordine Nuovo*, para desenvolver outras formas de novo intelectualismo e para determinar novos conceitos... O modo de ser do nosso intelectual não pode mais consistir na eloquência, motriz exterior e momentânea dos afetos e das paixões, mas no misturar-se ativamente à vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, porque não puro orador – e, todavia, superior ao espírito abstrato matemático; da técnica-trabalho se alça à técnica-ciência e à concepção humanística histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político). (GRAMSCI apud GRUPPI, 1987, p. 62).

Enfatizando que se trata de um dos momentos maiores e mais profundos da reflexão política *gramsciana*, Gruppi irá mostrar que, para o comunista sardo, não era suficiente a especialização, pois esta deveria estar integrada numa “visão mais geral e profunda”, que seria a visão da própria “consciência histórica, o conhecimento e consciência dos processos através dos quais se forma a sociedade humana e de onde surgem os seus problemas” – o que determina a consciência do político como uma esfera ontológica fundante do próprio ser social, pois ela estaria atrelada ao conhecimento e tomada de consciência das demais dimensões da totalidade histórica. Valeria a pena transcrever toda a citação:

É um dos momentos maiores da reflexão *gramsciana*. Parte-se de uma experiência datada: o trabalho cumprido pelo jornal e pelo movimento do *Ordine Nuovo* para a formação de quadros operários. Porém, o enfoque se dilata na crítica à tradição retórico-literária, típica da cultura italiana; compreende também a crítica à concepção que o movimento operário socialista tinha da oratória e do dirigente essencialmente como orador, para estabelecer este nexos e esta capacidade de ascender da técnica-trabalho à técnica-ciência. Este é o terreno sólido da cultura. Mas isso apenas não basta. Pode-se e deve-se ser especialista. A especialização, porém, deve confluir numa visão mais geral e profunda: a consciência histórica, o conhecimento e consciência dos processos através dos quais se forma a sociedade humana e de onde nascem os seus problemas. Esta consciência nos dá o político. Se o especialista não é também um político, não poderá ser dirigente³. (GRUPPI, 1987, p. 62-3).

³ Não caberia discutir, aqui, a noção de hegemonia em Gramsci. É importante frisar, contudo, que o debate sobre as duas dimensões do conceito de intelectual está inserido no resgate da questão mais geral da capacidade da classe trabalhadora tornar-se dirigente, isto é, hegemônica.

A posição de Gramsci nos leva a propor as questões do intelectual, da ciência e do conhecimento de uma maneira que repudia todo e qualquer elitismo. Se nosso objetivo for o de construir a hegemonia das classes trabalhadoras, do proletariado em sentido amplo, a relação entre os intelectuais e as massas não pode ser elitista. A divisão entre trabalho intelectual e manual emerge como um dos elementos da dominação de classe, historicamente e sob o capitalismo. Tal divisão se reflete no seio das organizações burocráticas como distinção hierárquica entre dirigentes e dirigidos.

Não será reproduzindo tais modelos que poderemos construir um conhecimento científico capaz de servir à revolução social. Um interessante exercício crítico seria o de avaliar os centros de produção do conhecimento, como universidades, centros de pesquisa, fundações, institutos, partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais a partir dessas ideias *gramscianas* sobre as funções intelectuais.

Conclusões

Relacionando toda a discussão precedente com a categoria mais inclusiva do pensamento de Antonio Gramsci, a noção de *bloco histórico*, gostaríamos de estabelecer novamente qual seria a sua percepção da ciência e, de um modo mais geral, da produção do conhecimento sobre o mundo histórico. Adiantamos logo de saída que, para ele, a ciência, apesar de possuir certa autonomia, confunde-se com a própria ideologia.

Assim, Gramsci irá perceber a produção do conhecimento a partir das mediações sociais, culturais e ideológicas que vinculam organicamente o intelectual a um grupo ou classe social. Essa vinculação entre intelectual e classe (a noção de intelectual orgânico) não é, contudo, entendida de forma estática, mas dinâmica – já que as investigações concretas sobre os intelectuais estariam voltadas para a apreensão da atuação deles na desagregação do bloco histórico capitalista vigente e na construção de um novo bloco, capaz de impulsionar os setores subalternos da sociedade civil em direção ao socialismo, no caso específico dos intelectuais orgânicos da revolução.

Em Gramsci, o conceito de bloco histórico se refere à relação orgânica que se estabelece entre a infraestrutura e a superestrutura num momento específico de uma dada formação social. Os agentes concretos dessa relação orgânica seriam justamente os intelectuais vinculados às classes sociais fundamentais. O conhecimento (inclusive o

científico) seria fruto dessa situação histórica, uma realidade prática, uma superestrutura, uma ideologia, uma arma de combate dos grupos e classes sociais, com estes últimos sendo mediados pela função dos intelectuais na superestrutura, não podendo o próprio conhecimento configurar-se, jamais, em realidade objetiva apartada do sujeito cognoscente. Isso significa que o pensamento marxista de Gramsci se caracteriza por uma radical união entre teoria e prática revolucionária, valorizando sobremaneira o papel da consciência e do sujeito na objetivação e construção da realidade social. Essa visão rejeita corretamente uma leitura mecanicista, fatalista e determinista do marxismo, segundo a qual o papel da práxis, do sujeito e da consciência seria negado. O processo histórico emerge, na esfera da representação, como um desenrolar de condições puramente objetivas. Essa versão empobrecida do marxismo esteve presente em nomes da Segunda Internacional, como Karl Kaustky, e no *Stalinismo* de uma forma geral.

As críticas de Gramsci ao objetivismo fatalista, entretanto, quando estendida ao terreno filosófico e da teoria do conhecimento sem as necessárias ressalvas, pode incorrer em certos desvios idealistas. Como esclarece Carlos Nelson Coutinho, essa postura teria levado o próprio Gramsci a

negar na prática um tipo específico de conhecimento, o conhecimento científico, cuja tarefa essencial consiste em *refletir* a realidade e suas alternativas do modo mais objetivo possível, ou seja, evitando qualquer projeção de ‘acréscimos estranhos’ (Engels) do sujeito que conhece na realidade que quer conhecer. (COUTINHO, 1999, p. 102-3)

Cumpriria, contudo, relativizar esse “idealismo filosófico” existente no pensamento de Gramsci apontado por Carlos Nelson Coutinho. Pensamos que o autor dos *Quaderni* deixou um espaço aberto, como já indicamos, para um conhecimento objetivo da realidade independente do sujeito cognoscente quando afirma: “tornou-se relativamente fácil separar a noção objetiva do sistema de hipóteses, com um processo de abstração que está profundamente ligado à própria metodologia científica e, [com isso], apropriar-se de uma rejeitando o outro. De tal modo que uma classe pode apropriar-se da ciência de outra classe sem aceitar dela a ideologia”. O que quer dizer que, se um “conhecimento objetivo” produzido por certo grupo pode ser apropriado pela ideologia de outra classe, seria exatamente porque esse conhecimento de algum modo é independente do sujeito.

Esta última ilação coloca em novos termos a questão da ciência, pois esta, embora esteja necessariamente vinculada a posições e interesses de grupos ou classes, pode alcançar um espaço próprio de autonomia e de objetividade a ser apropriado pelos sujeitos coletivos em confronto e antagonismo no cenário histórico. A ciência constitui-se, em suma, num dos terrenos privilegiados da luta de classes na formação social capitalista e a luta por sua hegemonia é uma das tarefas fundamentais da desagregação do bloco histórico vigente e construção do socialismo ou, no dizer de Gramsci, de uma futura “sociedade regulada”.

Por fim, é preciso ponderar que esse entendimento da ciência e a própria noção de um conhecimento objetivo nos parecem contrários ao conjunto da produção teórica, política e filosófica, de Antonio Gramsci. A relativização acima apresentada teve apenas o intuito modesto de introduzir o que pode ser não mais que um aparente paradoxo no pensamento do comunista sardo. Para resolver a presente questão – se Gramsci incorreu em algum desvio idealista no terreno da filosofia e da teoria do conhecimento ou se sua filosofia assume uma posição materialista histórica também nesse campo – seria necessária uma pesquisa capaz de abarcar a totalidade da obra política e filosófica gramsciana e não somente limitar-se a um aspecto fragmentário desta. A posição de Carlos Nelson Coutinho, por estar baseada em estudos totalizantes da produção intelectual de Gramsci, seria de difícil contestação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. 2. ed. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1975. v. 1.
- GRUPPI, L. *Per un avvio allo studio di Gramsci*. Roma: Claudio Salemi Editore, 1987.
- MANNHEIM, K. *Liberdade, Poder e Planificação*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- _____. (1986), *Ideologia e Utopia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- SCHAFF, A. *História e verdade*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.